

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. –
Petrobras)

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balço Patrimonial.....	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Demonstração do Valor Adicionado.....	10
Notas Explicativas às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021 e 2020	11
1. A companhia e suas operações	11
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	12
3. Sumário das principais práticas contábeis	13
4. Estimativas e julgamentos relevantes	14
5. Novas normas e interpretações.....	16
6. Contas a receber.....	17
7. Imobilizado	19
8. Partes relacionadas.....	20
9. Tributos.....	22
10. Compromissos contratuais	25
11. Benefícios concedidos a empregados	26
12. Patrimônio líquido	28
13. Receita de arrendamento.....	30
14. Custos e despesas por natureza	30
15. Outras receitas (despesas), líquidas	31
16. Resultado financeiro líquido.....	31
17. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	32
18. Processos judiciais e contingências	32
19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	35
Diretoria Executiva	38

TERMOMACAÉ S.A.
CNPJ 02.290.787/0001-07
NIRE 33.3.0033003-8

Relatório da Administração 2021

À
Assembleia Geral de Acionista

Cumprindo os preceitos legais e disposições do Estatuto Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termomacaé S.A. do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda..

ASPECTOS OPERACIONAIS

A Termomacaé S.A. é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e proprietária da Usina Termelétrica Termomacaé (UTE Termomacaé) localizada no Município de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, movida a gás natural com capacidade instalada de 923 MW em ciclo aberto (simples).

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

O atual modelo de negócios da Termomacaé consiste na locação de seu ativo de geração de energia elétrica.

Em 16/10/2007, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.079, a transferência da outorga de produtor independente de energia da Termomacaé S.A. para a PETROBRAS, objeto da autorização da Resolução nº 551, de 15/12/2000, em decorrência da locação da UTE Termomacaé.

Em dezembro de 2019, a Termomacaé celebrou novo Contrato de Locação e Outras Avenças com a PETROBRAS, cujo objeto é a locação UTE Termomacaé pela PETROBRAS pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por até igual período, refletindo as condições atuais de mercado com base no Laudo de Avaliação externa independente, corrigidas anualmente com base na variação do IPCA. Em dezembro de 2021, o Contrato de Locação foi prorrogado por mais 1 (um) ano por meio de celebração de Termo Aditivo.

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estava se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a COVID-19 se tratava de uma pandemia.

Apesar do surto da COVID-19 e os reflexos negativos em grande parte das empresas ao redor do mundo, o modelo de negócio da Companhia foi capaz de manter sua atividade sem nenhum impacto relevante em seus resultados.

Em novembro de 2021, a Termomacaé completou, com muito orgulho, 20 anos de operação comercial da usina.

Em 06/12/2021, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a revisão do Estatuto Social da Termomacaé para a atualização do capital social da Companhia que foi reduzido por meio do saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, dentre outras alterações.

ASPECTOS COMERCIAIS

Conforme estabelecido no Contrato de Locação e Outras Avenças, compete à PETROBRAS a operação e manutenção da UTE Termomacaé, às suas expensas, além do ônus e ganhos decorrentes das liquidações de energia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, referente ao período em que a PETROBRAS detiver o direito sobre a energia gerada pela usina, conforme previsão no referido Contrato.

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

A Termomacaé está engajada com as ações de governança da acionista controladora, a Petrobras, com o intuito de estabelecer as melhores práticas alinhadas ao nosso negócio e em conformidade com as exigências dos novos regramentos adotados pela companhia, que nos tornam aptos a alcançar patamares diferenciados de mercado.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa companhia e considerados em todas as nossas decisões.

A situação atual reforça a importância dos nossos pilares estratégicos, que devem continuar a serem seguidos ainda com mais foco. Continuaremos operando com alta produtividade, custos baixos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a sociedade e para o Brasil.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Quando analisamos os Resultados de 2021, percebe-se que no âmbito da Receita de Arrendamento proveniente da locação do ativo, auferimos o montante de R\$ 74,6 milhões e Lucro Bruto de R\$ 44,4 milhões, maior em comparação ao ano de 2020, em decorrência do reajuste do Contrato de Locação celebrado com a Petrobras. Adicionalmente, com a atualização monetária de créditos fiscais a recuperar, o Lucro Líquido do Exercício de 2021 foi de R\$ 58,4 milhões.

Já no âmbito das Despesas, foram apurados os reajustes salariais dos empregados, conforme as cláusulas estabelecidas em Acordo Coletivo de Trabalho vigente e o reembolso de gastos à controladora Petrobras pelo compartilhamento de estruturas

e atividades administrativas, de acordo com a previsão do art. 14 do Decreto nº 8.945/16.

Vale destacar que, em 06/12/2021, foi aprovada a redução do capital social da Termomacaé em Assembleia Geral Extraordinária, por meio de absorção integral do prejuízo acumulado de exercícios anteriores, com base no saldo da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados de 31/12/2020, sem alteração do Patrimônio Líquido, o que possibilitou a distribuição de dividendos do exercício de 2021, com base em estudos e análises bem-sucedidos conduzidos pela Termomacaé.

Tabela 1 – Demonstração do Resultado do Exercício 2021

DRE (R\$ mil)	2021	2020	Δ	Δ %
Receita de arrendamento	74.564	71.793	2.771	4%
Custo do arrendamento	(30.152)	(30.152)	-	0%
Lucro Bruto	44.412	41.641	2.771	7%
Gerais e administrativas	(9.993)	(9.143)	(850)	(9%)
Tributárias	(726)	(401)	(325)	(81%)
Outras receitas (despesas) líquidas	2.263	(16.532)	18.795	114%
Despesas operacionais	(8.456)	(26.076)	17.620	68%
Lucro antes do result. financ. e impostos	35.956	15.565	20.391	131%
Resultado financeiro líquido	36.885	7.287	29.598	406%
Receitas financeiras	13.130	6.896	6.234	90%
Despesas financeiras	(51)	(29)	(22)	(76%)
Variações monetárias, líquidas	23.806	420	23.386	5568%
Resultado antes dos impostos	72.841	22.852	49.989	219%
Imposto de renda e contribuição social	(14.388)	(716)	(13.672)	(1909%)
Lucro do Exercício	58.453	22.136	36.317	164%

Na continuação, serão apresentados os esclarecimentos das principais variações ocorridas em cada rubrica das Demonstrações do Resultado (DRE) de 2021.

Lucro Bruto

Destaca-se que em dezembro de 2019 foi assinado novo contrato de locação, com prazo de 2 anos, o qual foi postergado por mais 1 (um) ano por meio de Termo Aditivo assinado em dezembro de 2021.

ADL
ADL

Considerando o reajuste do contrato de locação em dezembro de 2021 pelo índice IPCA, o Lucro Bruto encerrou o exercício de 2021 em R\$ 44.412 mil, correspondente a 7% em comparação ao resultado de R\$ 41.641 mil registrado em 2020.

JR
JR

Despesas Gerais e Administrativas

MFP
MFP

As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram um aumento de 9% em 2021 correspondente a R\$ 9.993 mil frente a R\$ 9.143 mil registrado em 2020, em decorrência de reajuste salarial dos empregados, conforme os compromissos assumidos no Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2022, além dos gastos relativos à

execução de processos administrativos pelo uso de estrutura compartilhada com a PETROBRAS.

Despesas Tributárias

Em 2021, foi registrado o aumento de Despesas Tributárias devido ao maior recolhimento de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, decorrente do aumento da taxa de CDI de aplicações financeiras em 2021, maior do que a variação apurada em 2020.

Outras Receitas (Despesas), Líquidas

No exercício de 2021, foi apurado o saldo de R\$ 2.263 mil de Outras Receitas Líquidas, demonstrando um efeito positivo em comparação ao exercício de 2020, que foi registrado o saldo de Outras Despesas Líquidas de R\$ 16.532 mil, referente ao pagamento da sentença final do processo instaurado pela INEPAR S.A., proferida em tribunal arbitral, na ordem de R\$ 35.497 mil e reversão da provisão de R\$14.735 mil.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro foi de R\$ 36.885 mil em 2021 ante R\$ 7.287 mil registrado em 2020, devido à maior receita apurada com recebíveis de ativo financeiro, decorrente da elevação de 58% no rendimento anual do FIDC em comparação a 2020. Adicionalmente, foi registrada receita de atualização monetária sobre créditos fiscais de INSS a recuperar.

PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO 2021

Com a extinção do prejuízo acumulado em 06/12/2021 e, considerando o Lucro Líquido apurado em 31/12/2021 de R\$ 58.453 mil, a Diretoria Executiva apresenta a proposta de Distribuição de Dividendos ao acionista no valor de R\$ 58.452 mil apresentada na **Tabela 2** abaixo.

Tabela 2 – Proposta de Distribuição de Dividendos 2021

Destinação do Resultado (R\$ mil)	2021
Lucro do Exercício	58.453
A - Reserva Legal (5%)	2.923
Saldo a Destinar	55.530
B - Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	13.882
Dividendos Mínimos	13.882
C - Dividendos Adicionais Propostos	41.647
Dividendos Adicionais	41.647
D - Dividendos Totais a Distribuir (B + C)	55.530
Destinação Total (A + D)	58.453

ADL
ADL

JR
JR

MFP
MFP

AGRADECIMENTOS

Nós registramos os nossos agradecimentos e reconhecimento aos nossos colaboradores, acionistas e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2021.

Macaé - RJ, 20 de abril de 2022.

ALINE DIAS
LEONARDI:08581485790
Dados: 2022.04.20
12:47:59 -03'00'

Aline Dias Leonardi
Diretora Presidente

(assinado eletronicamente)

Marcelo Ferreira Pelegrini
Assinado de forma digital por Marcelo Ferreira Pelegrini
Dados: 2022.04.20 13:29:10 -03'00'

JOSE RICARDO UCHOA CAVALCANTI
ALMEIDA:43945996449
Assinado de forma digital por JOSE RICARDO UCHOA
CAVALCANTI ALMEIDA:43945996449
Dados: 2022.04.20 13:39:11 -03'00'

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Administrativo

José Ricardo Uchoa Cavalcanti
Almeida
Diretor

(assinado eletronicamente)










Relatório de Administração 2021 Termomacaé_20.04.2022

Relatório de auditoria final

2022-04-20


Criado em:	2022-04-20
Por:	Aline Dias Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAAJ2ryAQsOZiggsbeA51rnDazt_osFRcHM

Histórico de "Relatório de Administração 2021 Termomacaé_20.04.2022"

-  Documento criado por Aline Dias Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br)
2022-04-20 - 15:45:37 GMT- Endereço IP: 164.85.87.120
-  Documento enviado por email para Aline Dias Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br) para assinatura
2022-04-20 - 15:46:57 GMT
-  Documento enviado por email para mpegrini@petrobras.com.br para assinatura
2022-04-20 - 15:46:57 GMT
-  Documento enviado por email para ricardo.uchoa@petrobras.com.br para assinatura
2022-04-20 - 15:46:57 GMT
-  Aline Dias Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A
2022-04-20 - 15:47:59 GMT- Endereço IP: 164.85.17.120
-  Documento assinado digitalmente por ALINE DIAS LEONARDI:08581485790
2022-04-20 - 15:47:59 GMT
-  Email visualizado por mpegrini@petrobras.com.br
2022-04-20 - 16:28:08 GMT- Endereço IP: 104.47.55.126
-  mpegrini@petrobras.com.br concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A
2022-04-20 - 16:29:10 GMT- Endereço IP: 164.85.87.120
-  Documento assinado digitalmente por Marcelo Ferreira Pelegrini
2022-04-20 - 16:29:10 GMT

 Email visualizado por ricardo.uchoa@petrobras.com.br

2022-04-20 - 16:37:43 GMT- Endereço IP: 104.47.70.126

 ricardo.uchoa@petrobras.com.br concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2022-04-20 - 16:39:11 GMT- Endereço IP: 164.85.87.120

 Documento assinado digitalmente por JOSE RICARDO UCHOA CAVALCANTI ALMEIDA:43945996449

2022-04-20 - 16:39:11 GMT

 Contrato finalizado.

2022-04-20 - 16:39:11 GMT



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Termomacaé S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termomacaé S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termomacaé S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 8 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores		402	1.278
Contas a receber, líquidas	6	12.250	10.711	Imposto de renda e contribuição social	9.1	4.141	4.144
Contas a receber - FIDC	6.2	333.095	263.419	Impostos e contribuições	9.1	668	743
Imposto de renda e contribuição social	9.1	7.374	5.778	Dividendos a pagar	12.3	13.883	-
Impostos e contribuições	9.1	8.425	6.509	Salários, férias, encargos e participações		5.947	4.386
		<u>361.145</u>	<u>286.418</u>	Compromissos contratuais	10	445	1.160
						<u>25.486</u>	<u>11.711</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	31.260	21.003
Depósitos judiciais	18.2	7.429	7.205	Plano de pensão	11	2.824	5.116
Impostos e contribuições	9.1	52.635	29.220	Provisão para processos judiciais e administrativos	18.1	21.107	20.370
		<u>60.064</u>	<u>36.425</u>	Compromissos contratuais	10	1.035	1.877
						<u>56.226</u>	<u>48.366</u>
Imobilizado	7	152.600	182.764	Patrimônio líquido			
		<u>152.600</u>	<u>182.764</u>	Capital social realizado	12.1	445.013	837.635
				Reservas de lucros		44.570	-
				Prejuízos acumulados		-	(392.622)
				Outros resultados abrangentes		2.514	517
						<u>492.097</u>	<u>445.530</u>
		<u>573.809</u>	<u>505.607</u>			<u>573.809</u>	<u>505.607</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita de arrendamento	13	74.564	71.793
Custo do arrendamento	14.1	(30.152)	(30.152)
Lucro bruto		44.412	41.641
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	14.2	(9.993)	(9.143)
Tributárias		(726)	(401)
Outras receitas (despesas), líquidas	15	2.263	(16.532)
		(8.456)	(26.076)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		35.956	15.565
Resultado financeiro líquido	16	36.885	7.287
Receitas financeiras		13.130	6.896
Despesas financeiras		(51)	(29)
Variações monetárias, líquidas		23.806	420
Lucro antes dos impostos		72.841	22.852
Imposto de renda e contribuição social	9.3	(14.388)	(716)
Lucro líquido do exercício		58.453	22.136
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	12.4	0,07	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	58.453	22.136
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos atuariais com plano de benefícios definidos	3.026	4.952
Imposto diferido	(1.029)	(266)
	1.997	4.686
Resultado abrangente total	60.450	26.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido
		Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2020	837.635	(4.169)	-	-	(414.758)	418.708
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.136	22.136
Outros resultados abrangentes	-	4.686	-	-	-	4.686
Saldos em 31 de dezembro de 2020	837.635	517	-	-	(392.622)	445.530
	837.635	517	-	-	(392.622)	445.530
Saldos em 01 de janeiro de 2021	837.635	517	-	-	(392.622)	445.530
Redução de Capital para absorção de prejuízos	(392.622)	-	-	-	392.622	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.453	58.453
Outros resultados abrangentes	-	1.997	-	-	-	1.997
Destinações:						
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	2.923	-	(2.923)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(13.883)	(13.883)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	41.647	(41.647)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	445.013	2.514	2.923	41.647	-	492.097
	445.013	2.514	-	44.570	-	492.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	58.453	22.136
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	30.164	30.188
Despesa atuarial de plano de pensão	734	863
Variações monetárias e encargos financeiros	(23.806)	(422)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(13.129)	(6.896)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	9.228	(10.255)
Provisão (Reversão) para perdas com processos judiciais e administrativos	737	(15.036)
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	(1.539)	4.735
Impostos e contribuições	3.336	7.731
Depósitos judiciais	(49)	(4)
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	(835)	(238)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.751)	(17.762)
Outros passivos	4	(3.416)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	56.547	11.624
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações de recebíveis de ativos financeiros	(56.547)	(11.624)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(56.547)	(11.624)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Receitas		
Arrendamento e outras receitas	82.339	79.521
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	317	(25.989)
Valor adicionado bruto	82.656	53.532
Depreciação e amortização	(30.164)	(30.188)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	52.492	23.344
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variação cambial e monetária	36.936	7.318
Valor adicionado a distribuir	89.428	30.662
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	3.022	(4.173)
Participação nos lucros ou resultados	272	555
	3.294	(3.618)
Benefícios		
Plano de aposentadoria e pensão	4.006	1.879
FGTS	356	1.752
	4.362	3.631
Tributos		
Federais	23.266	8.479
Estaduais	1	3
Municipais	1	-
	23.268	8.482
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variação cambial e monetária	51	31
Acionistas		
Dividendos obrigatórios	13.883	
Lucros retidos	44.570	22.136
	58.453	22.136
Valor adicionado distribuído	89.428	30.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Termomacaé S.A. ("companhia"), controlada da Petróleo Brasileiro de S.A. – Petrobras, foi constituída em 15 de outubro de 1997 e iniciou suas atividades operacionais em 29 de novembro de 2001, tendo por objeto social a produção independente de energia elétrica, podendo realizar atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de Usinas de geração de energia elétrica e, ainda, a participação no capital de outras sociedades. A companhia é proprietária da UTE Termomacaé que possui 20 turbinas de geração de energia elétrica, com capacidade bruta de geração de 923 megawatts (MW).

Em 25 de abril de 2006, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") adquiriu as quotas da Termomacaé da antiga proprietária El Paso Energy Cayger II Company (Cayger II) e a El Paso Energy Cayger IV Company (Cayger IV).

Em 1º de outubro de 2007, foram firmados dois contratos com a Petrobras, um referente à locação da UTE Termomacaé, e o outro referente à prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) da UTE Termomacaé. O Contrato de O&M foi encerrado em 30 de setembro de 2014 e o contrato de locação, após alguns aditivos, foi encerrado em 31 de outubro de 2015.

A partir do exercício de 2015, foram celebrados apenas contratos de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, por prazo de dois anos, com condições econômicas atualizadas à época das negociações. O contrato de aluguel atual tem vigência até 11 de dezembro de 2022, e as condições estão apresentadas na nota explicativa 1.1.1.

O contrato de locação da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios inerentes à propriedade da mesma. Adicionalmente, foram consideradas as avaliações elencadas abaixo:

- O prazo do arrendamento não equivale à maior parte da vida econômica da usina;
- Na data da celebração do arrendamento, o valor presente dos recebimentos do arrendamento não equivale substancialmente à totalidade do valor justo da usina; e
- A Usina não possui sua natureza tão especializada de forma que não possa ser utilizada por outra entidade distinta do atual arrendatário.

Em 01 de novembro de 2018, conforme ata de reunião dos sócios quotistas, foi aprovada a transformação societária da Termomacaé Ltda. para sociedade por ações na forma de sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada como Termomacaé S.A.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Destaques do exercício

1.1.1. Contrato de arrendamento

Em 12 de dezembro de 2021, foi celebrada a prorrogação do contrato de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras. Somente o prazo final do contrato foi alterado passando o vencimento de 11 de dezembro de 2021 para 11 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado por mais um ano. Todas as demais cláusulas do contrato principal, assinado em 12 de dezembro de 2019, foram mantidas.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor das parcelas mensais da prorrogação do contrato de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras foi mantido, no montante de R\$ 6.501, corrigido anualmente pela variação do IPCA e foi definido com base em análise efetuada por uma empresa de consultoria externa independente e elaborado considerando as condições de mercado e um custo médio ponderado de capital (taxa WACC) de 11% para o locador (Termomacaé), assumida pela empresa de consultoria externa independente.

1.2. Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela COVID-19

Em função da pandemia do coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a Sociedade adotou e segue com providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços de toda a população e das autoridades para mitigar os riscos da doença. A Companhia está acompanhando permanentemente a evolução do coronavírus e avaliando a necessidade de novas medidas, alinhada ao seu acionista controlador.

Não houve impactos nas demonstrações financeiras do exercício em função dos efeitos da COVID-19.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas suas respectivas notas explicativas, conforme indicado na nota explicativa 3.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 20 de abril de 2022, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas, e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis da companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A Companhia avalia o ativo imobilizado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa – UGCs).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado pela Petrobras; custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos da Companhia.

4.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 18.

4.4. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas pela Companhia.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 9.2.

4.5. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito (PCE) esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.6. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Novas normas e interpretações

5.1. Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC

A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2021.

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.</i>	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022
<i>Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3</i>	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022
<i>Onerous Contracts— Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37</i>	Estabelece alterações no IAS 37-Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022
<i>Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16</i>	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração	1º de janeiro de 2022
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1</i>	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023
<i>IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023
<i>Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2</i>	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda prevê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023
<i>Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8</i>	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023
<i>Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12</i>	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. As emendas das IFRS contidas acima não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2021. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2021, bem como os IFRS equivalentes:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC Nº 19	Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020 Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3 Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37 Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	1º de janeiro de 2022
Pronunciamento Técnico CPC 50	IFRS 17 – Insurance Contracts	1º de janeiro de 2023

6. Contas a receber

	2021	2020
Recebíveis de contratos com clientes		
Partes relacionadas (nota explicativa 8)	12.249	10.711
Terceiros	15	14
	12.264	10.725
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(14)	(14)
	12.250	10.711

6.1. Partes relacionadas

Representado, principalmente, pelo contrato de arrendamento da UTE Termomacaé, celebrado com a Petrobras, cujo saldo de R\$ 7.424 (R\$ 6.705 em 31 de dezembro de 2020) corresponde ao faturamento de dezembro de 2021 (nota explicativa 1.1.1).

Não existem títulos vencidos relacionados ao contrato de arrendamento em 31 de dezembro de 2021.

6.2. Contas a receber – FIDC

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 333.095 (R\$ 263.419 em 31 de dezembro de 2020), representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas da Petrobras, sendo um fundo exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como “recebíveis”, considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os recebimentos são reconhecidos como receita no resultado durante o prazo do contrato.

O contrato de locação da Usina Termoelétrica foi classificado como arrendamento mercantil operacional.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas como despesas de vendas.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Imobilizado

7.1. Por tipo de ativos

	Terrenos	Equipamentos e outros bens	Unidades geradoras e de transmissão	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	4.480	29	208.443	212.952
Depreciação		(26)	(30.162)	(30.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.480	3	178.281	182.764
Custo	4.480	2.177	1.283.654	1.290.311
Depreciação acumulada	-	(2.174)	(1.105.373)	(1.107.547)
Saldo em 1º de janeiro de 2021	4.480	3	178.281	182.764
Depreciação	-	(3)	(30.161)	(30.164)
Baixas - custo	-	(19)	-	(19)
Baixas - depreciação	-	19	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.480	-	148.120	152.600
Custo	4.480	2.158	1.283.654	1.290.292
Depreciação acumulada	-	(2.158)	(1.135.534)	(1.137.692)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.480	-	148.120	152.600
Tempo de vida útil média ponderado em anos	-	10	25	

Até 30 de abril de 2006 a Companhia aplicava uma taxa de depreciação de 10% ao ano, condizente com a vida útil econômico-financeira esperada pelo Consórcio constituído pela Companhia à época com a Petrobras. Com o fim do Consórcio e com o novo cenário que a térmica passou a ter, compondo parte do conjunto de termoelétricas do Sistema Petrobras, ficou configurada a alteração da expectativa de vida útil econômico-financeira de sua planta de geração, e atualmente a taxa de depreciação adotada é de 4% ao ano.

Prática contábil

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada, e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (impairment), quando aplicável.

Os ativos são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que são revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados.

A estimativa de vida útil econômica das unidades geradoras foi mantida em 2021, tendo como base laudo elaborado por avaliadores internos e está aderente às taxas praticadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

8.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Essa política orienta a Petrobras, suas controladas e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

- **Competitividade:** preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
- **Conformidade:** aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
- **Transparência:** reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
- **Equidade:** estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
- **Comutatividade:** prestações proporcionais para cada contratante.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Ativo		
Contas a receber		
Contas a receber por arrendamento - Petrobras (Nota explicativa 6)	7.424	6.705
Contas a receber por reembolso de pessoal cedido - Petrobras (Nota explicativa 6)	4.825	4.006
	12.249	10.711
Passivo		
Fornecedores, CCCD - Petrobras	11	83
Fornecedores, outras obrigações - Petrobras		773
Dividendos - Petrobras (Nota explicativa 12.3.1)	13.883	-
	13.894	856
Resultado		
Receita de arrendamento - Petrobras (Nota explicativa 13)	82.164	79.111
Compartilhamento de gastos com a controladora (Nota explicativa 14.2) - (i)	(2.930)	(1.041)
Resultado com pessoal cedido (Nota explicativa 15)	3.259	3.154
	82.493	81.224

(i) Parcela expressiva dos processos administrativos da companhia, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, RH, SMS, Regulatório, dentre outros, são conduzidos no âmbito da controladora (Petrobras), suportados através de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas. Em virtude dessa sistemática de trabalho, a estrutura de pessoal administrativo da Termomacaé apresenta uma dimensão reduzida.

8.2. Membros chave da administração da companhia

Remuneração da administração

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens vigente da companhia, bem como da legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus empregados e dirigentes.

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Termomacaé S.A, sendo que a companhia efetua o ressarcimento dos valores de honorários previstos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e aprovados no Conselho de Administração e Assembleia Geral.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos meses de dezembro de 2021 e 2020 foram as seguintes:

	Expresso em reais	
Remuneração do empregado	2021	2020
Menor remuneração	8.314	7.250
Remuneração média	19.755	17.846
Maior remuneração	47.447	42.401

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Assembleia Geral Extraordinária da Termomacaé, realizada em 20 de abril de 2021, fixou a remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal em R\$ 1.744, como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022.

9. Tributos

9.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2021	2020	2021	2020
Tributos sobre o lucro	7.374	5.778	-	-
Programas de regularização de débitos federais (i)	-	-	4.141	4.144
	7.374	5.778	4.141	4.144

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
PIS e COFINS (ii)	1.910	-	-	-	-	175
INSS (iii)	-	-	52.635	29.220	-	-
Imposto de renda retido na fonte (iv)	6.515	6.509	-	-	-	-
Outros impostos	-	-	-	-	668	568
	8.425	6.509	52.635	29.220	668	743

O valor constante no grupo de tributos sobre o lucro, no ativo circulante, se refere, basicamente, ao saldo negativo relativo aos exercícios de 2018 a 2021, os quais serão compensados com futuras obrigações tributárias ou objeto de pedido de compensação.

(i) Em 31 dezembro de 2021 e 2020, os valores de R\$ 2.025 e R\$ 2.116, correspondentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, respectivamente, no passivo circulante, referem-se aos saldos remanescente do Programa de Regularização Tributária – PRT e corresponde ao mesmo montante registrado em “Depósitos judiciais”, que aguardam a homologação do parcelamento pela Secretaria da Receita Federal, para respectiva liquidação.

(ii) O montante de R\$ 1.910 mil registrado no ativo circulante em 2021 refere-se aos créditos de PIS e COFINS retidos na fonte sobre o contrato de aluguel da planta termoelétrica (R\$ 175 mil a pagar em 2020). A Companhia estima a utilização da totalidade desses créditos ao longo do próximo exercício.

(iii) Refere-se ao INSS retido sobre a prestação de serviço de Operação e Manutenção – O&M realizado pela companhia até o exercício de 2014, no montante de R\$ 52.635, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

(iv) Refere-se a imposto de renda retido na fonte, pago a maior no exercício de 2016, com pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil encaminhado, ainda a ser homologado.

A companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando comprovado a sua não recuperabilidade.

9.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Prejuízos fiscais	Diferença depreciação vida útil	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2020	13.282	(42.013)	(2.260)	(30.991)
Reconhecido no resultado do exercício	(4.396)	13.415	1.235	10.254
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	(266)	(266)
Em 31 de dezembro de 2020	8.886	(28.598)	(1.291)	(21.003)
Reconhecido no resultado do exercício	2.725	(10.235)	(1.718)	(9.228)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	(1.029)	(1.029)
Em 31 de dezembro de 2021	11.611	(38.833)	(4.038)	(31.260)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A companhia considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2022	2.061	7.271
2023	2.061	7.271
2024	2.061	7.271
2025	2.060	7.270
2026	2.060	7.270
2027	2.060	7.270
Parcela registrada contabilmente	12.363	43.623
Parcela não registrada contabilmente	40.632	-
TOTAIS	52.995	43.623

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 127.695. A companhia constituiu crédito de imposto de renda e contribuição social negativa diferidos, no montante de R\$ 12.363, limitado a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes.

A Administração da companhia monitora a geração de lucro nas operações e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros.

9.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro antes dos impostos	72.841	22.852
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(24.766)	(7.770)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	3.485	(4.517)
Exclusões/(Adições) temporárias, líquidas	(655)	6.859
Prejuízo Fiscal	7.548	4.712
Imposto de renda e contribuição social	(14.388)	(716)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.227)	10.255
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.161)	(10.971)
	(14.388)	(716)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	20%	3%

A elevação da alíquota efetiva entre os dois períodos ocorreu, essencialmente, pelo efeito da reversão de provisão para contingências em 2020 em função da sentença final do processo instaurado pela INEPAR S.A.

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

10. Compromissos contratuais

	2021	2020
Circulante		
Condicionantes ambientais	445	470
Compensação ambiental	-	690
	445	1.160
Não circulante		
Condicionantes ambientais	1.035	1.877
	1.035	1.877
	1.480	3.037

10.1. Condicionantes ambientais – Licença de operação – LO Nº IN 003002

Considerando que o modelo de negócios da UTE Termomacaé consiste na locação do ativo para a Petrobras, a Licença de Operação (LO) encontra-se em nome da proprietária (Termomacaé S.A.).

Na renovação da LO de 26 de outubro de 2010, o órgão ambiental INEA – Instituto Estadual do Ambiente, fixou as seguintes condicionantes ambientais, que se encontram em andamento:

a) Condicionante Nº 13 – Realizar o monitoramento contínuo de emissões atmosféricas para cada grupo de quatro chaminés, contemplando os parâmetros velocidade de saída, temperatura, pressão e vazão dos gases — O₂, NO_x e CO —, enviando os dados, em tempo real, para a Central de Dados de Qualidade do Ar do INEA;

b) Condicionante Nº 32 – Apresentar semestralmente ao INEA relatório fotográfico e descritivo em meio digital dos projetos de revegetação;

- Após entendimentos entre a área técnica da Petrobras e o INEA, o Projeto de Revegetação, além de atender a condicionante 32 da LO Nº IN 003002, passou também a atender a Lei 12.651 / 2012, específica para áreas rurais, que determina a criação de uma Reserva Legal.
- Esta área de Reflorestamento / Reserva Legal totaliza 61,24 hectares (conforme Certidão Ambiental CA Nº IN033351 expedida pelo INEA em 15/02/2016).

As obrigações existentes relativas à Condicionante Ambiental nº 32, vinculadas à LO, totalizaram R\$ 1.480 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.347 em 31 de dezembro de 2020), e são de responsabilidade da Termomacaé.

Em decorrência do Contrato de Locação firmado entre a Termomacaé e a Petrobras, a execução da Condicionante Ambiental nº 13, vinculada à operação da UTE Termomacaé, é de responsabilidade da Petrobras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.2. Compensação ambiental

Em decorrência da Licença de Instalação (L I) da Termomacaé, havia o compromisso de contrapartidas para o diferimento de ICMS relacionado ao investimento efetuado na construção da UTE Termomacaé, à época da atuação na atividade de geração de energia elétrica.

Todavia, a Companhia possui contrato de aluguel da planta termoelétrica com a Petrobras desde o exercício de 2007, não tendo realizado a partir daquela data nenhuma operação tributada pelo ICMS. Dessa forma, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia não está mais sujeita a essas contrapartidas, tendo decidido pela reversão da provisão correspondente, no montante de R\$ 690, em 31 de dezembro de 2021.

Política contábil

Representam os custos futuros estimados referentes à compensação ambiental. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os custos com a compensação ambiental são reconhecidos no resultado, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da companhia.

11. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	2.824	5.116

11.1. Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O Plano Petros 2 foi implementado pela Companhia, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado no respectivo mês de competência. Em 2021, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 1.934 (R\$ 1.879 em 2020).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2022, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste exercício está sendo destinada para conta individual do participante.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 2021, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial e a companhia reconheceu um ganho líquido de R\$ 1.997 (R\$ 4.686 em 2020), em Outros Resultados Abrangentes em contrapartida com a redução no passivo atuarial decorrente dessa remensuração do seu plano de pensão. O saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2021 montava em R\$ 2.824.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2022 são de R\$ 1.796, referente à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2021 é de 14,69 anos.

11.2. Remuneração variável

Programa de Prêmio por performance - PPP

O novo modelo de remuneração variável para todos os empregados da companhia: o Programa de Prêmio por Performance - PPP, que alinhado ao Plano de Negócios e Gestão, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a empresa busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão.

No exercício de 2021, a companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$ 170 de PPP (R\$ 210 em 2020).

Participação nos lucros ou resultados - PLR

Em 29 de dezembro de 2020, as 17 entidades sindicais que representam empregados de bases terrestres, incluindo os da Termomacaé, representados pelo STIEENNF - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense, assinaram o acordo para PLR 2021/2022, dentro do prazo determinado pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

O regramento PLR 2021/2022 abrange os empregados que não ocupam funções gratificadas e prevê limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes. Para que haja o acionamento da PLR nos anos de 2021 e de 2022, além do acordo de PLR ter sido assinado, é necessário o atingimento dos seguintes gatilhos/requisitos: i) aprovação de distribuição de dividendos pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); ii) apuração de lucro líquido no exercício de referência; e iii) atingimento do percentual médio, ponderado pelo peso, do conjunto das metas dos indicadores de no mínimo 80%.

O montante máximo de PLR a ser distribuído está limitado a 5% do Ebitda ajustado, a 6,25% do lucro líquido e a 25% dos dividendos distribuídos aos acionistas, em cada exercício, o que for menor.

No exercício de 2021, a Companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$ 125 de PLR. Não houve pagamento de PLR em relação ao exercício de 2020.

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários conforme nota explicativa 4 - estimativas e julgamentos relevantes.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, de forma paritária ao valor da contribuição normal do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2021 o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 445.013 mil está representado por 445.012.824 ações. Em 31 de dezembro de 2020 esse capital totalizava R\$837.635 mil, representado por 837.635.422 ações, com valor nominal de R\$ 1,00 em ambos os períodos.

Em 06 de dezembro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária – AGE aprovou a redução de capital com a compensação de prejuízos acumulados no montante de R\$ 392.622 mil, com o consequente cancelamento de 392.622.598 ações.

Prática contábil

Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

12.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

12.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a companhia apurou lucro de R\$ 22.136, o qual foi integralmente destinado para absorção parcial do saldo de prejuízos acumulados. Naquele exercício não houve pagamento de dividendos aos acionistas.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O lucro de R\$ 58.453 mil relativo ao exercício de 2021 está sendo destinado pela administração da Companhia, conforme segue:

12.3.1. Dividendos propostos

A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da companhia a ser apreciada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, é assim demonstrada:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	58.453	22.136
Compensação de prejuízos	-	(22.136)
Apropriação:		
Reserva legal	(2.923)	-
Lucro líquido básico para determinação do dividendo	55.530	-
Dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25%:		
Dividendos	13.883	-
	13.883	-
Dividendos adicionais propostos	41.647	-
Total de dividendos propostos	55.530	-

Os dividendos propostos em 31 dezembro de 2021, no montante de R\$ 55.530, incluem os dividendos mínimos obrigatórios no total de R\$ 13.883, e os dividendos adicionais propostos de R\$ 41.647. O pagamento será realizado em data a ser fixada em assembleia dos acionistas.

Prática contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JSCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

O JSCP é imputado ao dividendo do exercício, na forma prevista no estatuto social, contabilizados no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e revertido contra lucros acumulados no patrimônio líquido de maneira similar ao dividendo, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado do exercício.

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na AGO.

12.4. Resultado por ação

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas	58.453	22.136
Quantidade de ações	809.121.549	837.635.422
Lucro básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,07	0,03

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.5. Outros resultados abrangentes

Companhia reconhece perda e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração do seu plano de pensão.

Em 2021, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial. Dessa forma a companhia reconheceu um ganho líquido de R\$ 1.997 (R\$ 4.686 em 2020) com a remensuração do seu plano de pensão.

13. Receita de arrendamento

	2021	2020
Receita bruta de arrendamento	82.164	79.111
Encargos sobre arrendamento	(7.600)	(7.318)
	74.564	71.793

Em 12 de dezembro de 2021 foi celebrada a prorrogação do contrato de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras. Somente o prazo final do contrato foi alterado para 11 de dezembro de 2022, mantido o valor da parcela mensal do contrato em R\$ 6.501 que é corrigida anualmente com base na variação do IPCA.

O aumento da receita de arrendamento verificado entre os dois períodos é fruto da atualização monetária conforme cláusula contratual.

Política contábil

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

A receita do contrato de arrendamento é reconhecida no resultado em base mensal, conforme contrato celebrado entre a companhia e sua Controladora.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

14. Custos e despesas por natureza

14.1. Custos dos produtos e serviços vendidos

	2021	2020
Depreciação e amortização	(30.152)	(30.152)
Total	(30.152)	(30.152)

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.2. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Gastos com pessoal	(7.247)	(7.052)
Compartilhamento de gastos com a controladora (nota explicativa 8.1)	(2.930)	(1.041)
Depreciação e amortização	(12)	(37)
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(179)	(283)
Outras	375	(730)
Total	(9.993)	(9.143)

15. Outras receitas (despesas), líquidas

	2021	2020
Resultado com pessoal cedido	3.259	3.154
Reversão/(Perdas) com processos judiciais e administrativos (i)	(924)	(20.523)
Prêmio por performance - PPP	(272)	(210)
Participação nos lucros ou resultados - PLR	(125)	(345)
Reversão de provisão com compromissos contratuais	690	981
Outras receitas (despesas) líquidas	(365)	411
	2.263	(16.532)

- (i) A variação decorreu, basicamente, em função do processo arbitral movido pela INEPAR com o registro da despesa líquida de R\$20.762 em 2020.

16. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas Financeiras	13.130	6.896
Receita com recebíveis de ativos financeiros (i)	13.129	6.896
Outros	1	-
Despesas Financeiras	(51)	(29)
Juros de mora	(13)	(11)
Tarifas bancárias	(39)	(10)
Outros	1	(8)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	23.806	420
Atualização monetária sobre tributos a recuperar (ii)	23.590	299
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	175	123
Outras variações monetárias e cambiais líquidas	41	(2)
Total	36.885	7.287

- (i) Maior receita com recebíveis de ativo financeiro, decorrente da elevação de 58% no rendimento anual do FIDC (4,40% em 2021 e 2,77% em 2020), aliada ao aumento de 17% no saldo médio aplicado entre os dois períodos (R\$ 300.000 Mil em 2021 e R\$ 256.000 Mil em 2020).

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (ii) Aumento na receita de atualização monetária sobre tributos a recuperar, basicamente em função da atualização dos créditos de INSS a recuperar, comentado na nota 9.1.

17. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2021	2020
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	6.237	4.721

18. Processos judiciais e contingências

18.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos fiscais, destacando-se: declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé S.A. com o saldo negativo de CSLL apurado no ano-calendário 2005;
- Processos trabalhistas, destacando-se: concessão de adicionais e horas extras; e

Os valores provisionados são os seguintes:

	2021	2020
Passivo não circulante		
Processos fiscais	19.893	19.576
Processos trabalhistas	1.214	794
	21.107	20.370
Saldo inicial	20.370	35.406
Adições (Baixas), líquidas	737	(15.036)
Saldo final	21.107	20.370

18.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo não circulante	2021	2020
Trabalhistas	64	15
Fiscais	7.365	7.190
	7.429	7.205

No exercício de 2021, a movimentação dos depósitos judiciais refere-se, basicamente, aos juros e atualização monetária.

18.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa	
	2021	2020
Fiscais	65.874	62.709
Trabalhistas	12.254	15.873
	78.128	78.582

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza fiscal e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	
	31.12.2021	31.12.2020
Autor: Delegacia da Receita Federal de Macaé		
1) Declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé S.A. com o saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário 2002. O direito creditório utilizado na compensação corresponde ao montante de R\$ 20.500, não foi reconhecido.		
Situação atual: Em diligência na Delegacia da Receita Federal em Macaé	59.475	58.771
2) Processos diversos de natureza fiscal	6.399	3.938
Total de processos de natureza fiscal	65.874	62.709

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa	
	31.12.2021	31.12.2020
Autores diversos		
1) Processos diversos de natureza trabalhista	12.254	15.873
Total de processos de natureza trabalhista	12.254	15.873

18.4. Contingência ativa - PIS e COFINS Lei 9.718/98

A companhia ajuizou ação ordinária contra a União referente à recuperação dos valores recolhidos a título de PIS/COFINS sobre receitas financeiras e receita de contingências, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98, nos exercícios de 2001 a 2004.

A ação foi julgada procedente e teve o mérito transitado em julgado em 24 de abril de 2009. O pedido de restituição dos valores requer a prévia habilitação dos créditos pela Delegacia da Receita Federal e levantamento da documentação comprobatória, para permitir a sua utilização. A habilitação do potencial crédito ocorreu em 21 de julho de 2021, com previsão de prescrição do direito em 2022.

A companhia efetuará contratação de serviço especializado para asseguarção do cálculo do indébito, que permitirá a mensuração dos potenciais créditos a serem recuperados, mediante levantamento e validação das documentações fiscais e contábeis dos períodos questionados judicialmente, além da confirmação das bases de cálculo e da consistência das obrigações principais e acessórias, a fim de garantir a homologação dos créditos pela Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Diante das incertezas quanto à mensuração desses créditos, a Companhia julga que não há elementos suficientes para classificação do ganho da ação como praticamente certo, em função da falta de documentação fiscal para comprová-los.

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Passivos contingentes não são reconhecidos mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2021 e 2020 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	12.250	10.711
Contas a receber - FIDC	333.095	263.419
Não Circulante		
Depósitos Judiciais	7.429	7.205
	352.775	281.336
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	402	1.278
	402	1.278

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Empréstimos e Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados, exceto os montantes classificados como contas a receber – FIDC, que estão mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Política contábil sobre Caixa e equivalente de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contas a receber – FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6.2, está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

19.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

19.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para a Petrobras e suas controladas.

19.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da Administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Também é representado por contas a receber do arrendamento mercantil (contrato de locação da UTE Termomacaré), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

19.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

19.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Termomacaé transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Diretoria Executiva

Marcelo Ferreira
Pelegrini

Assinado de forma digital por
Marcelo Ferreira Pelegrini
Dados: 2022.04.27 08:47:28 -03'00'

MARCELO FERREIRA PELEGRINI
Diretor

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSE RICARDO UCHOA
CAVALCANTI
ALMEIDA:43945996449

Assinado de forma digital por JOSE
RICARDO UCHOA CAVALCANTI
ALMEIDA:43945996449
Dados: 2022.04.27 13:40:23 -03'00'

JOSÉ RICARDO UCHÔA CAVALCANTI ALMEIDA
Diretor

ALINE DIAS
LEONARDI:08581485790

Dados: 2022.04.28
08:58:44 -03'00'

ALINE DIAS LEONARDI
Diretora Presidente

Marcos Antonio
Gibin de Freitas

Assinado de forma digital por
Marcos Antonio Gibin de Freitas
Dados: 2022.04.27 09:12:11
-03'00'

MARCOS ANTONIO GIBIN DE FREITAS
CONTADOR
CRC-RJ-089868/O-2